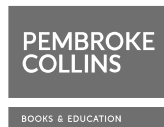


ORGANIZAÇÃO:

RAYANA ARAÚJO, PATRICIA DA ROCHA MARQUES NUNES BALISTIERI,
MARIA VERÔNICA SIMÃO

OLHARES CONTEMPORÂNEOS SOBRE EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



DEERFIELD BEACH, FL – UNITED STATES

PEMBROKE COLLINS

2023

Copyright © 2023

Rayana Araújo, Patrícia da Rocha Marques Nunes Balistieri,
Maria Verônica Simão (orgs.)

EDITORIAL PRESIDENCY Felipe Asensi

PUBLISHING Felipe Asensi

EDITORIAL COORDINATION Vanessa Abraim

PROOFREADING Pembroke Collins' Team

GRAPHIC PROJECT AND COVER Diniz Gomes

FORMATTING Diniz Gomes

PEMBROKE COLLINS

1191 E Newport Center Dr #103 - Deerfield Beach

FL 33442 - United States

info@pembrokecollins.com

www.pembrokecollins.com

ALL RIGHTS RESERVED

No part of this book can be used or reproduced by any means without this Publisher's written permission.

FINANCING

This book was financed by the International Council for Higher Studies in Law (CAED-Jus), by the International Council for Higher Studies in Education (CAEduca) and by Pembroke Collins.

All books are submitted to the peer view process in double blind format by the Publisher and, in the case Collection, also by the Editors.

O45

Olhares contemporâneos sobre educação, meio ambiente e sustentabilidade / Rayana Araújo, Patrícia da Rocha Marques Nunes Balistieri, Maria Verônica Simão (org.). – Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2023.

242 p.

ISBN 979-8-88670-060-2

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Sustentabilidade. 4. Contemporaneidade. 5. Interdisciplinaridade. I. Araújo, Rayana (org.). II. Balistieri, Patrícia (org.). III. Simão, Maria Verônica (org.).

CDD 370

O PAPEL SOCIAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORES DE OUTRAS ÁREAS.....	110
---	-----

José Carlos Pistilli

O ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA: UM FOCO NAS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO.....	124
--	-----

Edilson Azevedo Lopes

ARTIGO – MEIO AMBIENTE.....143

HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA E A CRIMINALIZAÇÃO DA PESCA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE DE SANTO ANTÔNIO DO RIO MADEIRA – RONDÔNIA, BRASIL.....	145
---	-----

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

ARTIGO – SUSTENTABILIDADE.....159

DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE: RECONHECIMENTO E IMPLICAÇÕES PARA OS NEGÓCIOS.....	161
--	-----

Leonel Lisboa

ARTIGO – MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....177

A RELAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DO PODER CORRUPTO COM VIÉS CAPITALISTA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	179
--	-----

Ana Carolina Lima Farias

Rebeca Maria Rodrigues Hamoy

RESUMOS.....193

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A INCLUSÃO EDUCACIONAL E AS LINHAS ABISSAIS DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS	195
---	-----

Altair de Oliveira Galvão

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE GOIÁS.....	202
---	-----

Maria Selma Pereira Souza

Daniella Couto Lobô

HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA E A CRIMINALIZAÇÃO DA PESCA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE DE SANTO ANTÔNIO DO RIO MADEIRA – RONDÔNIA, BRASIL

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante⁹

INTRODUÇÃO

A hidreletricidade tem sido a principal fonte de geração do sistema elétrico brasileiro, no qual 64,9% da matriz energética nacional provém da fonte de energia hidráulica (EPE, 2020). A construção de usinas hidrelétricas no Brasil, na última década, tem sido mais evidente na Amazônia, justificado pelo seu potencial hídrico e conforme projetos futuros previsto nos Planos Decenais de Expansão – PDE, com o objetivo de atendimento demanda dos centros industriais consumidores.

A expansão de usinas hidrelétricas na Amazônia apresenta uma problematização quando observado às peculiaridades que a região apresenta, principalmente, no que se refere às populações tradicionais localiza-

⁹ Acadêmica do 6º período do curso do Direito no Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA. Geógrafa, especialista em Gestão Ambiental, mestrado e doutorado em geografia. Líder do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (GOT-Amazônia).

das as margens dos rios onde essas obras são instaladas, que tem no uso dos recursos hídricos sua principal fonte de renda e subsistência, conexas a dinâmica de cheia e vazante dos rios.

A construção de barragens hidrelétricas é uma das atividades mais controversas que afeta o rumo do desenvolvimento na Amazônia brasileira nas próximas décadas. Segundo (FEARNSIDE, 2002), as decisões sobre projetos hidrelétricos provocam cadeias de eventos com impactos com alcance muito além da vizinhança imediata das barragens e reservatórios.

As obras das hidrelétricas provocaram novas dinâmicas e intensificam o conflito no uso dos recursos naturais. Na região Amazônica, palco de construção de grandes projetos hidrelétricos, principalmente ganha repercussão a partir do PAC-Projeto de Aceleração do Crescimento lançado em 2007, que priorizou a recuperação e desenvolvimento da economia do país por meio de grandes obras de infraestrutura em diversas regiões do Brasil.

Na Amazônia, o PAC ampliou a construção de hidrelétrica como forma de planejamento energético do país, onde duas delas estão localizadas no Estado de Rondônia, no Rio Madeira, sendo elas: Jirau e de Santo Antônio, ambas no município de Porto Velho, capital do Estado.

A usina de Santo Antônio fica aproximadamente a 10 km da área urbana de Porto Velho; já a usina de Jirau encontra-se a 120 km em relação à cidade. Segundo Fearnside (2005), as duas usinas juntas promoveram o deslocamento de 2.849 pessoas (no decorrer do processo, o número foi bem maior e não divulgado), com área prevista para o reservatório de 529.30 km², para gerar 6.450 MW de energia.

A instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio no lugar onde havia a cachoeira do Teotônio, ocasionou a desterritorialização de comunidades ribeirinhas e colônias de pescadores no seu entorno, alterando o modo de subsistência relacionado à pesca tradicional. O processo de desterritorialização, fazendo uma analogia ao Haesbaert (2005 e 2006), deu-se em razão da desapropriação forçada em função do canteiro de obras da usina e reservatório, levando comunidades a serem desalojadas e reassentadas em outro local, com o compromisso de compensações sociais impressas nos termos das licenças de autorização do IBAMA, o que resguardaria os direitos das referidas comunidades diretamente afetadas.

Não obstante, medidas de ordem interpretativas dos princípios e normas jurídicas desvinculadas da realidade social, resultaram por criminalizar a pesca em um raio de 2km à jusante da usina, inviabilizando a subsistência de comunidades no entorno. Por outro lado, medidas também de ordem de interpretação jurídica permitiu e tem viabilizado que obras de grande impacto ambiental gerem a desterritorialização de comunidades locais, inviabilizando práticas de sua sobrevivência seja instalada na região amazônica sem a garantia dos direitos.

Os povos amazônicos têm no território da pesca, o modo de vida e de subsistência, neste sentido, a análise de como a legislação ambiental vigente influenciou o modo de subsistência das comunidades como as de Engenho Velho, São Sebastião, dentre outras que anterior as construção da hidrelétrica, tinha na pesca tradicional o seu sustento e seu modo de vida, e após a instalação da usina, a legislação ambiental aplicada de forma descontextualizada criminalizou a atividade que não oferecia ameaça ao meio ambiente. Por outro lado, a mesma legislação ambiental, viabilizou a instalação da usina hidrelétrica que entre outras questões é nociva ao meio ambiente e viola os direitos humanos.

A leitura da aplicação da legislação em casos que destoam da realidade fomenta o debate sobre a justiça social, para que tanto a sociedade como os órgãos públicos responsáveis, possa atentar-se que o desenvolvimento do país, em todos os aspectos, só será possível com a efetividade da justiça social que fundamenta uma nação soberana e democrática, proporcionando a todos, acesso à justiça e tratamento isonômico na aplicação e interpretação das leis.

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES E ORDENAMENTO JURÍDICO PARA ANÁLISE E EVIDÊNCIAS DE CONFLITOS

A Carta Magna representa o pacto social firmado entre o povo e o Estado. Nela estão as permissões e restrições de observância obrigatória a todos. Nesse sentido, apresentam-se os princípios constitucionais que irão reger todo o ordenamento jurídico pátrio, bem como, toda a estrutura dos poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir os desígnios do pacto social.

No direito ambiental, os princípios norteadores basilares, segundo Toshio Mukai (2012), são os princípios do direito público e do direito administrativo na ordem geral, e como específicos os princípios da prevenção, do poluidor-pagador ou responsabilização, bem como, o princípio da cooperação.

O artigo 225 da Constituição Federal traz em seu bojo o princípio do direito à sadia qualidade de vida, que constitui também um direito fundamental da pessoa humana direcionado ao desfrute de condições de vida adequada em um ambiente saudável, ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O direito ao meio ambiente sadio configura-se na verdade, como extensão do direito à vida, quer quanto ao aspecto da dignidade desta existência – a qualidade de vida – que faz com que valha a pena viver. O direito ao meio ambiente saudável para as presentes e futuras gerações, nos termos que assegura a Constituição Federal em seu artigo 225, confronta com o desenvolvimento econômico, e mesmo que aparente um enorme desafio, há meios de compatibilizá-los através da ponderação de interesses, sem que necessariamente um tenha que ser preterido em relação ao outro.

A aplicação dos princípios constitucionais que garantem compatibilizar interesses de ordem econômica, de um lado, e ambiental de outro, é perfeitamente possível, segundo Toshio Mukai (2012):

A ponderação, no caso, deve permanecer no nível da adequação, da harmonização e da justa medida e dos sacrifícios dos interessados, sem aniquilar as atividades econômicas, de um lado, e sem causar prejuízos à defesa do meio ambiente, de outro. O fio condutor da “obrigação de ponderação” deverá ter, entre nós, esse parâmetro de decisão em face dos eventuais conflitos entre aqueles princípios (MUKAI, 2012, p. 294).

Nesse contexto, os princípios tanto os princípios do direito ambiental quanto os dos direitos humanos, este último, resguardado pela constituição de forma ampla em seu Artigo 5º, onde garante a todos os brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade. Assim, sem direito à vida não há dignidade humana e todos os direitos decorrentes. Não basta garantir a vida como mera existência, mas uma vida plena e digna.

Há que se observar nesse contexto, a atuação dos poderes constituídos, legislativo, executivo e o judiciário, guardiões da Carta Constitucional, a fim de equilibrar a ponderação dos princípios em conflito, com escopo de efetivar a justiça social às comunidades tradicionais Amazônicas que são expulsas de seus territórios para dar lugar às grandes hidrelétricas, tendo o seu modo de vida ignorado, direitos e garantias feridos.

A partir das ideias de Montesquieu (2014) e Meirelles (2012), apesar da clareza e amplitude dessa norma proibitiva para alguns, muitas vezes elas são desconhecidas ou incompreendidas principalmente por provocar e agravar os conflitos que, ocasionalmente, ocorrem em função do choque de interesses no próprio âmbito da pesca ou desta com outras atividades paralelas ou concorrentes.

Assim, evidencia-se uma contradição na utilização do uso do recurso hídrico, uma vez que para a população reassentada torna-se proibida a sua utilização para fins econômicos e de subsistência, mas concede autorização para o consórcio construtor da usina com a finalidade de geração de energia, revelando uma tensão pelo uso do território e de seus recursos.

1.1. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, criado pelo governo federal em 2007, tinha por objetivo promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento acelerado e sustentável do Brasil.

Na Amazônia, especificamente no Estado de Rondônia, o PAC contemplou a construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que são as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, localizadas no Município de Porto Velho, que é também a Capital do Estado (CA-

VALCANTE, 2012). Tais obras foram concedidas à licença prévia nº 251/2007 em julho de 2007, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, com capacidade de gerar cerca de 6,5 mil megawatts. Em nota o órgão ambiental condicionou a licença, dentre as 33 condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, destaca-se as que se reportam diretamente às comunidades atingidas pela realização das obras. São elas:

2.24. Apresentar medida mitigadora às famílias não-proprietárias na área de influência direta dos empreendimentos, que venham a ter as atividades econômicas afetadas.

2.25. Considerar, no programa de compensação social, medidas de apoio aos assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares e comunidades ribeirinhas na área de influência do empreendimento, visando o desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis (IBAMA, 2007, p. 5).

Os programas e projetos destinados a atender as condicionantes presentes na referida licença, por vezes, não contemplam ações eficazes com resultados satisfatórios para as comunidades atingidas. Não obstante a isso são as diversas ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público, pelas associações representantes de grupos sociais organizados.

1.1.2. A PESCA TRADICIONAL NAS COMUNIDADES NO ENTORNO DA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O Decreto federal nº 6040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que traz o conceito e pontos de referência a fim de nortear as políticas públicas no âmbito nacional.

O conceito de povos e comunidades tradicionais, assim como a definição de território tradicional, está expresso em seu artigo 3º, nos seguintes incisos:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas

próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais aponta garantias pertinentes aos povos e comunidades tradicionais, nos incisos I e IV, quanto aos seus territórios e quanto aos impactos sofridos pelos grandes empreendimentos que os atinjam de forma direta ou indireta.

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I – garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

IV – garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

O poder público dispõe dos mecanismos legais para garantir o equilíbrio entre os interesses econômicos e socioambientais em empreendimentos que afetam diretamente o meio ambiente e as comunidades tradicionais que subsistem dos recursos naturais de determinadas áreas. No caso da exploração pesqueira na Amazônia é regida por várias Leis, Decretos, Portarias, Licenças entre outras normas, que no conjunto tem por objetivo a defesa do meio ambiente e a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável.

Para efeito dessas normas, a pesca é considerada como toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais frequente de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico. A denominada pesca de subsistência é desenvolvida por pescadores ribeirinhos e destinada à sua alimentação e à de seus familiares. Quando bem-sucedida, parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras livres de localidades próximas.

Apesar da clareza e amplitude dessas normas, muitas vezes elas são desconhecidas ou incompreendidas. Mais grave ainda, são os conflitos que, ocasionalmente, ocorrem em função do choque de interesses no próprio âmbito da pesca ou desta com outras atividades paralelas ou concorrentes (MONTESQUIEU, 2014; MEIRELLES, 2012).

A portaria do IBAMA nº 08, de 02 de fevereiro de 1.996, estabeleceu normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio Amazonas, em seu Art. 4º determinou a proibição da pesca profissional e amadora em determinados locais, bem como flexibilizou aos órgãos competentes locais, o limite em relação a montante e a jusante de barragens, vejamos:

Art. 4º Proibir a pesca profissional e amadora nos seguintes locais:

I) a menos de 200m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras;

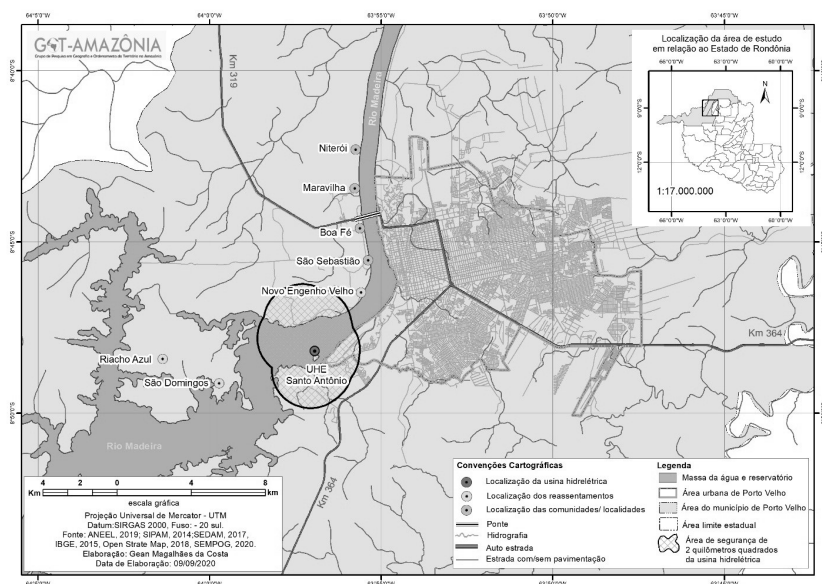
II) a menos de 200m (duzentos metros) da confluência de fios; e

III) a montante e a jusante de barragens, a critério das Superintendências Estaduais do IBAMA.

Com a construção da hidrelétrica de Santo Antônio e a modificação da paisagem natural da região da cachoeira de Santo Antônio emerge também a alteração do limite proibitivo da atividade pesqueira, que, antes abrangia 200 metros e, com a portaria 228/2015 do órgão local (SEDAM) esse limite passa a ser 2.000 metros, tal medida tornou-se um problema para os pescadores que habitualmente pescavam em torno da cachoeira, resultando na criminalização da pesca.

A representação cartográfica da área de segurança da barragem conforme dispõe a portaria nº 228 de 2015, somada à área de preservação permanente do rio Madeira com base no código florestal e Área de Preservação Ambiental do Rio Madeira, demonstra que as comunidades do entorno, a exemplo de Novo Engenho Velho, São Sebastião dentre outras, passaram a ter alterações que resultam, na prática, na criminalização da prática da atividade pesqueira, sobretudo para as comunidades que tinham a atividade da pesca como fonte de renda de renda, segurança alimentar e modo de vida.

A análise do ordenamento jurídico brasileiro no âmbito ambiental e dos direitos humanos, bem como a literatura acadêmica e os documentos relativos aos processos de realocação das populações tradicionais atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, aponta mudanças significativas na pesca que é atividade econômica principal e secundária das famílias reassentadas, tendo seus territórios da pesca, reduzidos pela inundação e pela área de segurança da barragem como pode ser observado no mapa 1.



Mapa 1- Materialização das principais modificações causadas a rotina das comunidades ribeirinhas na margem esquerda do rio Madeira, em frente a cidade de Porto Velho

Estudos realizados por Proença *et al.* (2017) junto ao Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Rondônia – BPA/RO demonstram que os dados referentes às ocorrências de crimes ambientais na área de influência do complexo hidrelétrico no Rio Madeira, anterior a implantação das usinas, estavam majoritariamente relacionados ao desmatamento em unidade de conservação, seguido por desmatamento em mata nativa. Após a construção das usinas do Rio Madeira, o crime contra a pesca ganha evidência devido a criação de dispositivos legais específicos para coibir a pesca em áreas próximas à usina, as quais eram locais tradicionais da pesca, por parte da comunidade e que agora passam a ser áreas proibidas para esta atividade.

Warta e Cavalcante (2018) destacam que na área de influência direta das usinas do Rio Madeira foram registrados 34% das ocorrências relacionadas com a pesca, naquele período de referência ao levantamento realizado pelo BPA/RO e observaram que as ocorrências, por tipologia, verificaram que a pesca ilegal e a pesca em local proibido ultrapassaram 50% da quantidade de ocorrências registradas no município de Porto Velho, denotando os efeitos da proibição.

Os efeitos desastrosos da portaria emitida pelo governo do Estado ficam evidentes, pois atingem diretamente as comunidades tradicionais locais. Em que pese a legislação brasileira tenha avançado na proteção e garantias de direitos humanos, esses avanços não têm sido devidamente reconhecidos/concretizados no plano judicial e nem contemplados nas práticas estatais, envolvendo as comunidades atingidas por hidrelétricas na Amazônia, especialmente a de Santo Antônio, permanecendo o Estado como o principal violador desses direitos, não resguardando aos povos tradicionais o seu modo de vida, em que o modelo de ocupação e as políticas de desenvolvimento aplicadas para a região, foram determinantes para a ocorrência das violações de Direitos Humanos, ensejando conflitos e tensões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o acelerado aumento do consumo de energia elétrica e grande disponibilidade de recursos hídricos, forjaram-se empreendimentos

de grande impacto ambiental na região Amazônica. Em Rondônia, a usina hidrelétrica de Santo Antônio instalada no rio Madeira em funcionamento em meados de 2012, causou diversas interferências no cenário ambiental e consequentemente no modo de vida das comunidades tradicionais denominadas ribeirinhas, em especial aquelas diretamente atingidas pelos reservatórios da barragem.

A legislação ambiental brasileira tem evoluído no sentido de ampliar e viabilizar o desenvolvimento sustentável. Porém, os órgãos públicos responsáveis pela aplicação da norma, por vezes, têm transcorrido na interpretação dos princípios constitucionais e por consequência distanciando-se da aplicação da justiça social e dos direitos humanos.

Todavia, é preciso esclarecer que a interferência de grandes hidrelétricas na Amazônia, traz consequências negativas de menor ou maior impacto ao meio ambiente e às populações tradicionais. No entanto, é preciso considerar que tanto o desenvolvimento econômico quanto a proteção ao meio ambiente são indispensáveis para todos, e ambos aparentemente contraditórios entre si guardam relação e é possível compatibilizá-los através de uma política séria de desenvolvimento sustentável.

No caso em tela, é explícito que a legislação ambiental permitiu a utilização dos recursos hídricos do Rio Madeira para a implantação de uma hidrelétrica, com impactos significativos ao meio ambiente. E a mesma legislação criminaliza a pesca comprometendo o modo de vida das comunidades tradicionais do entorno, sendo proibidas de utilizar o rio na área de segurança da usina, demonstrando a relação de poder imposta e predominante.

A partir da análise da legislação ambiental vigente, no que diz respeito aos direitos e garantias das comunidades tradicionais localizadas no entorno da instalação de grandes obras de infraestrutura de cunho econômico e que afetam diretamente o meio ambiente, evidencia-se a fragilidade da atuação dos órgãos públicos responsáveis pela defesa e garantia dos direitos sociais dos mais abastados.

Para que os direitos humanos sejam efetivados, a aplicação da legislação deve se conectar com a realidade. O poder público constituído deve levar em consideração a finalidade da justiça, e o papel dos órgãos responsáveis e garantidores dos fundamentos do pacto social consubs-

tanciado na Constituição Federal. No caso analisado, recomenda-se aos poderes constituídos que as ações, sejam elas legislativas, fiscalizatórias ou julgadoras, levem em consideração que na utilização dos recursos hídricos, seja proporcionalmente equilibrada a aplicação das normas, a fim de garantir aos interesses e direitos das comunidades locais diretamente atingidas. Uma vez que se demonstrou haver prevalecido os interesses da Usina hidrelétrica, que a final tende a levar os maiores benefícios da exploração dos recursos hídricos para atender demandas externas ao território onde está localizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. **Licença prévia nº 251**, julho de 2007. Disponível em: <https://www.santoantonioenergia.com.br/www/wp-content/uploads/2014/10/Licenca-Previa-N-251-2007-09-07-2007.pdf> Acesso em: 15 nov. 2022.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG. – Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29821>. Acesso em: 15 nov. 2022.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2050**. Ministério de Minas e Energia. Brasília: MME/EPE, 2020.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. **Environmental Management**, v. 35, n. 1, p. 1-19, 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: Santos, B. Becker, B. *et al.* (orgs.). **Território**,

- Territórios ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: PPGEU/UFF, 2006.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MEIRELLES, H. L.; ALEIXO, D. B.; BURLE FILHO, J. E. **Direito Administrativo Brasileiro.** 38^a ed. Atual. São Paulo. Malheiros Editores, 2012.
- MONTESQUIEU, C. de S. **Do Espírito das leis.** Edição especial. São Paulo. Martin Claret, 2014.
- MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado.** 8^a ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense, 2012.
- PROÊNÇA, A. B. *et al.* Crimes Ambientais na área de influência das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, município de Porto Velho/RO. *In:* CAVALCANTE, M. M. A.; HERRERA, J. A. (org.). **Hidrelétricas na Amazônia Implicações territoriais nas áreas de influência das Usinas nos Rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia).** Belém GAPTA/UFPA, 2017.
- WARTA, J. M.; CAVALCANTE, M. M. de A. A Legislação Ambiental e a Criminalização da pesca tradicional na área de influência da usina hidrelétrica de Santo Antônio do Rio Madeira – Rondônia/Brasil. **Revista da Emeron / Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, n. 24, jan-dez. 2018.